



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 802075 - SE (2023/0042240-9)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : ----- E OUTROS
ADVOGADOS : JOSÉ RAWLINSON FERRAZ - PE016156 EMANUEL
BEZERRA DE OLIVEIRA - PE047064
GREGÓRIO HENRIQUE TORRES FERRAZ -
PE054087
JOSÉ GAIA TORRES FERRAZ - PE059380
JOSÉ RAWLINSON FERRAZ FILHO - PE058825
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5A REGIAO
PACIENTE : ----- (PRESO)
CORRÉU : -----
CORRÉU : -----

DECISÃO

----- , **suspeito da prática de tortura, abuso de autoridade e homicídio qualificado**, alega sofrer coação ilegal em decorrência de acórdão do Tribunal *a quo*, proferido no HC n. 0814174-33.2022.4.05.0000.

Em apertada síntese, a defesa se insurge contra: a) a manutenção da prisão preventiva do réu, por ocasião da pronúncia, sob a assertiva de falta de fundamentação concreta do *periculum libertatis*, e b) o indeferimento da oitiva de testemunha referida e de peritos.

Decido.

O Juiz de primeiro grau decretou a preventiva nos seguintes termos:

[...] **Garantia da ordem pública (I) - gravidade concreta do delito**
[...]

Ambas as Turmas do STF consideram que a gravidade concreta derivada do *modus operandi* do agente satisfazem o requisito garantia da ordem pública para fins de decretação de prisão preventiva: [...]

Visto isso, traz-se o resumo da denúncia [aproveitando a estrutura daquela peça]:

(i) IMPUTAÇÃO 01: art. 1º, inciso II, c/c §4º, incisos I e II, da Lei nº .9.455/1997 [tortura]

- ----- realizavam em 25/05/2022, por volta de 11h, fiscalização de trânsito às margens da BR-101, próximo ao Km 109.5, Município de Umbaúba/SE. -----avistou Genivaldo de Jesus Santos conduzindo sem capacete a motocicleta marca/modelo Honda Biz 125 EX, placa OUP0J89/SE, e ordenou sua parada, sendo atendido;

- Segundo o MPF, no início da abordagem Genivaldo teria sido colaborativo [exibindo as mãos e a linha de cintura], bem como mostrado aos policiais seus medicamentos em uma sacola, contudo -----e que "passou a proferir palavras agressivas àquele "populares alertaram os PRFs que Genivaldo possuía transtornos mentais e usava medicamentos controlados, mas foram ignorados; - Aduz o que, na sequência, -----passou a ter o

Parquet apoio de -----, que ----- realizou busca pessoal em Genivaldo, "segurando-lhe, ora as mãos sobre a cabeça, ora os braços atrás das costas, além de revistar a sua cintura por duas vezes", palavras agressivas, xingando-o;

- Narra o MPF que, ato contínuo, -----, desconsiderando que Genivaldo já se encontrava com as mãos sobre a cabeça, aproximou-se e disparou spray de pimenta a curtíssima distância nos olhos de Genivaldo, e que ----- tentou puxar e imobilizar Genivaldo, "a pretexto de uma inexistente desobediência "deste; novo disparo de spray de pimenta no rosto deste realizado novamente por -----; e, a queda do próprio Genivaldo, que ;"agachou-se e colocou as mãos no chão" - Diz ainda o MPF que -----, depois de derrubar Genivaldo, aplicou-lhe uma "gravata"/"mata-leão", seguindo-se novo jato de spray de pimenta lançado por ----- "a poucos centímetros do seu rosto".

- Afirma o MPF que os Laudos de Perícia Criminal Federal (Local de Crime) nº 2524/2022-INC/DITEC/PF e Pericial (Toxicologia Forense) nº 2022.2.1942-SSP/COGERP/IAPF atestam que "Genivaldo obedeceu aos comandos e não ameaçou os policiais com violência , seguiu os comandos verbalizados pelos em nenhum momento "policiais e, além da sua medicação regular em concentração terapêutica, não foi encontrada em seu corpo "nenhuma substância que pudesse alterar o seu comportamento";

- Aduz o MPF que, em contraposição à postura pacífica de Genivaldo, os imputados foram agressivos, proferindo palavras ofensivas, ignorando manuais e normativos que regulam as técnicas, modos de abordagem e o uso de equipamentos não letais;

- Segue afirmando que ----- e -----colocaram Genivaldo de pé para tentar algemá-lo, oportunidade em que Genivaldo teria recebido mais dois jatos de spray de pimenta lançado por -----, sendo, em seguida novamente derrubado, com os dois

PRFs "a pressionar joelhos e pés contra o ;corpo da vítima, inclusive sobre o seu pescoço e a sua cabeça "enquanto -----
"pisava as pernas e outras partes do corpo de Genivaldo";

- Sustenta o MPF que, após "causarem intenso sofrimento físico e mental a Genivaldo [...] em razão de uma pseudo desobediência e de este teve as mãos algemadas para trás e uma fictícia resistência "----- tentou amarrar suas pernas com o cinto da apontada vítima, a qual, recusando-se a levantar, foi novamente atingida por spray de pimenta lançado por ----
- e erguida pelos demais denunciados, sendo finalmente conduzida até a viatura de polícia;
- Narra que a conduta dos requeridos até este momento, segundo o Laudo Pericial Cadavérico CD 874/2022SSP/COGERP/IML, produziu múltiplas lesões externas no corpo de Genivaldo, bem como "hemorragia conjuntiva bilateral", pela múltipla exposição ao spray de pimenta;
- Ainda sobre o spray de pimenta, afirma o MPF que a conduta do PRF ----- contrariou orientações da fabricante [a arma deveria ser utilizada], o "a uma distância mínima de 01 (um) metro "Manual de Procedimentos Operacionais MPO-53 da PRF e recomendações do "Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo/SENASP", adotados pela corporação;
- Também segundo o MPF a abordagem dos denunciados não obedeceu às diretrizes da Portaria Interministerial nº 4.226/2010; na Lei nº 13.060/2014; e na Instrução Normativa nº 117/2018-DG, com uso "desnecessário, desproporcional e imoderado" da força policial; - O MPF concluiu:
[...] os **agentes públicos imputados, em contrariedade aos normativos e manuais indicados, e não observando o próprio padrão operacional adotado pela PRF, executaram múltiplos atos de violência contra Genivaldo** de Jesus Santos, que estava sob a autoridade daqueles enquanto policiais rodoviários federais, submetendo-o a **intenso sofrimento físico e mental**, como forma de puni-lo, devido à atitude questionadora da vítima quanto ao procedimento de abordagem adotado pelos denunciados, inclusive a prisão ilegal que estes buscaram lhe impor com base em inexistentes crimes de desobediência e de resistência.

(ii) IMPUTAÇÃO 02: art. 9º, , da Lei 13.869/2019 [abuso de autoridade]

- Afirma o MPF que, após "vários minutos de agressões", os denunciados efetuaram a prisão de Genivaldo, que foi levado à viatura e comunicado que seria encaminhado à Delegacia de Polícia Civil de Umbaúba. De acordo com o MPF:[...] a prisão foi efetuada sem que fosse informado ao preso, nem explicitado a nenhum dos presentes, inclusive aos seus familiares, o motivo da detenção, não se sustentando, conforme já demonstrado, a narrativa dos denunciados de que Genivaldo teria praticado os crimes de desobediência e de resistência.

(iii) IMPUTAÇÃO 03: art. 121, §2º, incisos II, III e IV, do CP [homicídio triplamente qualificado]

- Narra o MPF que após ser torturado, Genivaldo foi colocado por ----- e ----- no porta-malas da viatura, mas permaneceu com as pernas para fora do compartimento. Apesar disso, os referidos policiais teriam forçado a tampa posterior da viatura sobre as pernas da alegada vítima; e, em seguida, ----- teria acionado e lançado uma granada de gás lacrimogêneo para dentro do "xadrez" da viatura e, juntamente com -----, "fechou quase completamente a porta, pressionando-a sobre as pernas da vítima, cujos braços estavam algemados - dificultando sua defesa -, com o objetivo de impedir a saída do gás e, com isso, aumentar a concentração da substância ;tóxica no compartimento" - Segundo o MPF, a ação dos denunciados:

[...] **criou uma verdadeira "câmara de gás" no "xadrez" da viatura**, tornando o ambiente irrespirável, de modo que Genivaldo, exposto aos gases tóxicos provenientes da granada, passou a se debater e a gritar de forma desesperada, com os pés para fora do porta-malas, enquanto os policiais --- e -----, indiferentes ao sofrimento daquele, pressionavam a porta sobre as pernas da vítima, tornando-se visível, a todos os presentes, a alta concentração de gás no interior do compartimento, ante os sinais de fumaça branca que escapavam desse.

- Sempre de acordo com o MPF, somente após 1min55s, ---- e ----- abriram a tampa traseira do veículo por perceberem que Genivaldo havia desmaiado. Na sequência, suas pernas foram colocadas para dentro da viatura e a tampa do "xadrez" foi completamente fechada;

- Sobre -----, afirma o MPF que "realizou a vigilância do perímetro, permitindo que os demais denunciados mantivessem o 'xadrez' da viatura fechado, além de dissuadir, mediante a exibição da arma longa por ele portada, qualquer pessoa, popular ou familiar, de realizar alguma intervenção que pudesse impedir o tratamento violento que que era dispensado a Genivaldo. Aduz o Parquet que ----- foi conivente com toda a ação e não atuou de modo a cessar a conduta praticada contra Genivaldo;

- Reafirma o MPF que os denunciados ignoraram todos os **persistentes alertas dos inúmeros populares** que acompanhavam a abordagem, no sentido que ela poderia ocasionar a morte de Genivaldo;

- Seguiu-se, segundo o MPF, com o fechamento da porta do "xadrez" da viatura, não demonstrando, conforme a acusação, os acusados "preocupação com a intensa exposição de Genivaldo ao gás em um espaço extremamente reduzido"; com a colocação da motocicleta de Genivaldo no reboque da viatura; e, com a partida, às 11:33:10, da viatura conduzida por ----- até a Delegacia de

- Polícia Civil de Umbaúba, deslocando-se os demais denunciados em suas próprias motocicletas;
- Ainda segundo o MPF, ----- não acionou os sinais sonoros e luminosos da viatura (o que poderia ter reduzido o tempo de deslocamento), tampouco abriu o vidro traseiro da viatura (o que somente foi feito com a chegada à Delegacia). Em complemento, afirma o MPF que, de acordo com o Laudo nº 2524/2022-INC/DITEC/PF, Genivaldo permaneceu no porta-malas da viatura, desde a deflagração da granada, por 23 minutos e 04 segundos;
 - Conforme a acusação, após chegarem à Delegacia de Polícia de Umbaúba, ----- e ----- retiraram Genivaldo da viatura já sem sinais vitais, tentaram reanimá-lo com massagem cardíaca e, em seguida, recolocaram-no na viatura, partindo às 11:42 em direção ao Hospital de Pequeno Porte Dr. José Nailson Moura, também localizado em Umbaúba, onde já chegou sem vida, às 11:44:47;
 - O MPF cita o Laudo Pericial Cadavérico CD874/2022SSP/COGERP/IML e o Laudo Anátomo- Patológico nº22011874AP-LABPAC:[...] a intensidade da reação inflamatória provocada pelos gases tóxicos oriundos da granada lacrimogênea - únicos agentes irritantes presentes no ambiente confinado -,provocou o colapso do sistema respiratório da vítima, como impedimento da troca gasosa entre oxigênio e gás carbônico (CO2) necessária para a manutenção da vida, de modo que Genivaldo simplesmente não conseguiu respirar e faleceu asfixiado.
 - Informou a acusação que, conforme o Laudo de Perícia Criminal Federal (Local de Crime) nº 2524/2022INC/DITEC/PF, pela quantidade ou tempo de exposição, "os efeitos das substâncias liberadas pela granada foram muito potencializados, tendo em vista ser claramente contraindicado o uso na maneira em que foi usada"(destaque no original). E que os resultados são "compatíveis com os resultados periciais descritos e com os diagnósticos apresentados nos laudos necroscópico, toxicológico e anátomo-patológico produzidos pela Coordenação Geral de Perícias do Estado de Sergipe";
 - Narra o MPF que, consoante recomendações do fabricante da granada de gás lacrimogêneo, há contraindicação para seu uso interno, constando alerta que o mau uso do produto poderia ocasionar ferimentos graves ou morte. Sobre este ponto, destacou o MPF, ainda, a resposta ao quesito 4 do Laudo de Perícia Criminal Federal(Local de Crime) nº 2524/2022-INC/DITEC/PF, no sentido que a granada lacrimogênea " foi usada em desacordo com a orientação do fabricante, que inclusive prevê a possibilidade de morte se não for respeitada as indicações/contraindicações de uso"; - Aduziu o Parquet que os denunciados tinham consciência dos riscos ocasionados pela utilização indevida da granada de gás lacrimogêneo, desobedecendo orientações do manual "Instrumentos de Menor Potencial

Ofensivo/SENASP", utilizado pela PRF;- O MPF reafirmou o pleno conhecimento dos denunciados quanto à inadequação do uso de granada lacrimogênea em ambientes fechados e do risco de morte associado a tal utilização indevida, já que eles, segundo alega, teriam participado, recentemente, de cursos relacionados a técnicas de abordagem e uso diferenciado da força;

- Concluiu o MPF afirmando que os acusados aceitaram: [...] conscientemente a consumação de tal resultado [morte], diante das circunstâncias concretas observadas após a deflagração da granada: a intensa concentração do gás no compartimento, os gritos de desespero e de sofrimento da vítima e os insistentes alertas das pessoas que acompanhavam a ocorrência de que a situação . [...] os denunciados resultaria no óbito de Genivaldo ----- menosprezaram os avisos das pessoas que estavam próximas e a própria reação dolorosa da vítima submetida aos efeitos do gás, e aceitaram o resultado fatal, que efetivamente se concretizou, demonstrando aqueles um completo desprezo pela vida de Genivaldo.

Pois bem.

Descabe uma análise minuciosa do conteúdo acima resumido, afinal, isso incursionaria em demasia o mérito. Mas, dentro de uma avaliação restrita, limitada, típica das medidas cautelares, **parece haver indicativos de que o *modus operandi* e dinâmica factual denotam periculosidade dos supostos autores do fato e, portanto, a prisão preventiva é necessária para manutenção da ordem pública.**

Chama a atenção:

- **o modo como os fatos se deram, à luz do dia, com transeuntes avisando que o falecido tinha problemas mentais e fazendo comentários críticos/alertas aos PRFs acerca dos riscos à integridade física do abordado;**
- **a aparente falta de resistência ativa/agressividade do falecido durante a abordagem;**
- **que o uso da força parece ter ocorrido em desacordo aos normativos do Ministério da Justiça e instruções técnicas sobre uso do spray de pimenta e granada de gás lacrimogêneo;**
- **que o Laudo Pericial Cadavérico CD 874/2022SSP/COGERP/IML atestou lesões no corpo de Genivaldo e "hemorragia conjuntiva bilateral" ocasionado pela aplicação de spray de pimenta repetidas vezes e muito próximo dos olhos;**
- **a deflagração de granada de gás lacrimogêneo no "xadrez" quase totalmente fechado da viatura, enchendo-o de densa fumaça e substâncias químicas, seguido de gritos de Genivaldo; - a informação de que Genivaldo havia desmaiado ainda no local da abordagem e dentro da viatura;**
- a sugestão de que mesmo após o desmaio, os requeridos deslocaram-se inicialmente para a Delegacia de Polícia Civil de Umbaúba e não para o Hospital, sem acionamento dos sinais

sonoros e sem a abertura do vidro traseiro da viatura, o que poderia ter amenizado a situação, arejando o "xadrez" do veículo;

- que o socorro médico só teria sido providenciado depois da ida à Delegacia, com a comitiva indo ao Hospital de Pequeno Porte Dr. José Nailson Moura, também em Umbaúba, onde constatou-se o óbito;

- por fim, a longa duração do incidente e inúmeros atos que compõe a conduta dos envolvidos. Genivaldo teria permanecido no porta-malas da viatura seriam 23 minutos e 04 segundos [Lauda nº2524/2022-INC/DITEC/PF], sem se falar no tempo anterior, detalhado no item "Fato 01" do resumo da denúncia. Repito: os pontos acima ainda dependem de confirmação durante a instrução processual.

Mas, para o fim de avaliação da garantia da ordem pública, há alguma base empírica para reconhecer a **gravidade concreta dos fatos e a potencial periculosidade dos agentes**. Nada sugere qualquer reação violenta do Sr. Genivaldo, há o suposto modo de execução, os alertas aflitos de populares acerca do possível excesso de força e da doença mental que acometia o falecido, o modo como se deu o "socorro", a longa duração das condutas e a virtual persistência dos envolvidos em seguir seu iter, e, por fim, o resultado morte.

Além disso, **os requeridos seriam pessoas experimentadas e domínio técnico dos meandros de sua profissão**, que além do curso de formação, atendiam a atualizações periódicas. Como resume a denúncia, consolidando diversos ofícios da SPRF-SE:

[...]

Assim, lidar com situações difíceis, pessoas não colaborativas, violentas ou alteradas pelo uso de drogas ou álcool faz parte da rotina policial, havendo treinamentos específicos para isso. É factível que em certos contextos, uma abordagem policial gere lesões, gere alguns ferimentos, a depender das circunstâncias, da postura do abordado, sua reação e, por que não, medo do policial em ser vítima de uma investida camuflada. Com isso, quer-se dizer que é claro que esse tipo de atividade é potencialmente perigosa. Mas no caso dos autos, não há elementos que indiquem uma reação violenta do Sr. Genivaldo e, além disso, o contexto sugeriria, talvez, uma corriqueira infração de trânsito, à luz do dia em um local movimentado, num município interiorano.

Ainda que se trate de episódio único - e há indícios de que não foi, vide abaixo - a gravidade específica do evento, concretamente falando, é um indicativo válido de periculosidade e, portanto, dentro do que se espera proteger pela garantia da ordem pública. Com base em fundamentação semelhante ao aqui apresentado, o

STF validou prisões preventivas em casos de: (i) Homicídios triplamente qualificados [HC 119.630, rel. min. Luiz Fux, j. 8-42014, 1ª T]; (ii) Tortura contra criança, causando queimaduras, traumas e outras lesões [AgRg no RHC n. 154.870/SP, relator Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, j. 15/3/2022]; (iii) Violência sexual contra a própria filha, menor de idade [HC 214962 AgR, Relator(a): ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, j. 21/06/2022]; (iv) Sequestro, tortura e homicídio, ressaltando-se que

"a vítima foi arrebatada do local onde trabalhava, por indivíduos armados, que a renderam, agrediram e amordaçaram, razão, portanto, apta a ensejar a constrição" [HC 167437 AgR, Relator(a): ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, j. 27/04/2020].

Em um caso mais próximo aos dos autos, o STF manteve a prisão preventiva de guarda municipal que, no exercício de suas funções, teria praticado tortura contra menor [HC 100587, Relator(a): LUIZ FUX, Primeira Turma, j. 09/08/2011]. E em outro, em tese cometido por policial, durante o serviço e utilizando a viatura, decidiu o STJ que: [...]

E encerrando esse panorama jurisprudencial, ressalto que embora tampouco exista prisão automática baseada na profissão do suposto autor do fato, parece haver maior rigor jurisprudencial quando o caso envolver policiais. Já asseverou o STF, ao manter a prisão preventiva de policial militar acusado de homicídio qualificado, desse tipo de profissional "[...] se espera a proteção da sociedade e o acirrado combate à criminalidade" [HC 171714

AgR, Relator(a): ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, j. 24/06/2019].

Presente, pois, a necessidade de prisão preventiva, para garantia da ordem pública.

Garantia da ordem pública (II) - indícios de reiteração criminosa específica

Narra o MPF que ----- **foram indiciados por abordagem violenta que teria ocorrido em 23/05/2022, dois dias antes dos fatos apurados nestes autos.** Aduz que tal ocorrência foi relatada pela Autoridade Policial como crime de lesão corporal e abuso de autoridade [CP, art. 129; Lei nº 13.869/2019, art. 13, inciso II; IPL nº 2022.0037257, PJe nº 0800359-71.2022.4.05.8502, Apenso III] e cuja investigação só foi concluída recentemente, em 15/09/2022. Segundo a acusação e inquérito policial, tratou-se de outra abordagem de trânsito em Umbaúba, no qual o condutor de motocicleta e passageiro recusaram-se a atender a ordem deparada dos PRFs. Na sequência, segundo o MPF, os PRFs teriam utilizado a viatura para abalroar o veículo em fuga, com êxito. Segue aduzindo que quatro testemunhas presenciais viram os citados PRFs agredindo Ruan Carlos e um menor de idade, mesmo depois de dominados e algemados no chão. Relata ainda que um dos PRFs teria apontado arma de fogo para os populares que presenciavam o acontecido, para que saíssem do local

Dois laudos periciais foram produzidos, registrando nas supostas vítimas: [...] Prossigo.

No IP referente a estes autos, constam testemunhos de moradores locais sobre outros episódios de violência nas abordagens da PRF em Umbaúba, como pontuado pelo MPF em sua cota. A testemunha E. S. M. declarou em sede policial que:

"[...] ouviu que os policiais federais em dias anteriores já estavam adotando comportamento violento contra populares fiscalizados"[fls. 95/96]. E a testemunha L. C. F. C., que

"[...] tem conhecimento que a equipe da PRF investigada tem sido vista pela população com comportamento agressivo durante as fiscalizações" [fls.125/126].

Pois bem.

Primeiramente, é admissível utilizar a prova haurida em inquérito em andamento, para fins de decisão sobre prisão preventiva, pois isso serve para apreciar os requisitos da medida cautelar, e não para dosimetria da pena. Conforme jurisprudência pacífica do STJ:

Tese nº. 14. Inquéritos policiais e processos em andamento, embora não tenham o condão de exasperar a pena-base no momento da dosimetria da pena, são elementos aptos a demonstrar eventual reiteração delitiva, fundamento suficiente para a decretação da prisão preventiva [STJ, Jurisprudência em Teses, Prisão Preventiva, 32ª. Edição]

É que "a preservação da ordem pública justifica a imposição da prisão preventiva quando o agente ostentar maus antecedentes, reincidência, atos infracionais pretéritos, inquéritos ou mesmo ações penais em curso, porquanto tais circunstâncias denotam sua contumácia delitiva e, por via de consequência, sua periculosidade" [RHC 107238/GO, Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, j. 26/2/2019].

Entendo que os indícios apontados neste item dialogam com a parte referente à gravidade concreta do delito, reafirmando-a, pintando um quadro geral de reiteração de condutas potencialmente ilícitas na região de Umbaúba, as quais destoariam das comuns - e necessárias- abordagens policiais.

Friso mais uma vez que se trata de uma avaliação em caráter cautelar, não exauriente.

Conveniência da instrução

O MPF narra em sua cota que, quando da feitura da Comunicação de Ocorrência Policial nº 1510422220525111006, redigida pelo PRF -----, às 18h:04 do dia

25/05/2022, consignou-se que: [...] Analiso.

Embora ao acusado e réu seja assegurado até o "direito de mentir", aqui há situação distinta: terceiro e colega de farda dos requeridos, apresentou relato formal que, numa análise superficial, **diverge frontalmente dos fatos ora registrados nesta decisão, fazendo referência à reação violenta do Sr. Genivaldo**, que ele teria se posicionado sentado na viatura e outros elementos fáticos que destoam das demais provas indiciárias disponíveis, além de omitir o uso de gás lacrimogêneo no "xadrez" da viatura.

Por força disso, o MPF sustenta **haver indícios de que o PRF ---- - teria praticado o delito do artigo 340 do CP [comunicação falsa de crime ou contravenção]**, possivelmente para amenizar a situação de seus colegas de farda. Esse tipo de interferência probatória - independentemente de seu sucesso - dá margem à prisão preventiva, ainda que praticada materialmente por terceiro. Como já decidiu o Pleno do STF: [...]

Inclusive, o PRF -----, o subscritor do relato acima transcrito, foi indiciado juntamente com os requeridos -----, por abuso de autoridade e lesão corporal também ocorrido em Umbaúba, no contexto de outra abordagem policial, já aqui referenciado [IPL

2022.0037257-SR/PF/SE]. Prosseguindo, há a potencial intimidação de testemunhas.

No que tange à abordagem policial registrada no IPL 2022.0037257-SR/PF/SE, a mãe da vítima menor, procurou o Conselho Tutelar de Umbaúba, mas recusou-se a ir à Delegacia, dizendo que:

"[...] A genitora do adolescente foi aconselhada a comparecer na Delegacia da Polícia Civil para registrar um Boletim de Ocorrência mas a mesma por receio de sofrer algum tipo de perseguição da PRF se recusou. Diante dos fatos, encaminhamos a situação acima para que sejam tomadas as devidas providências. Ressaltamos ainda que encaminhamos a Notícia do Fato a Promotoria de Justiça de Umbaúba".

A cota do MPF é repleta de transcrições de outros depoimentos narrando abordagens violentas da PRF em Umbaúba e no caso do IPL 2022.0037257-SR/PF/SE, inclusive, que armas foram apontadas para transeuntes.

Há de se ponderar que:

- Umbaúba é um município interiorano, com apenas 25.800 habitantes, conforme IBGE ;[5]
- Há indícios de abusos em abordagens pretéritas, inclusive, com registro de lesões corporais naquele Município;
- A gravidade concreta dos fatos sob análise e seu indicativo de periculosidade dos seus supostos autores;
- A colaboração de um quarto PRF, visando a ocultação/amenização dos fatos, quando do registro da ocorrência, sendo que este próprio PRF responde por fatos idênticos, juntamente com dois requeridos nestes autos;
- Diversos aspectos da denúncia exigem oitiva de testemunhas [só o MPF arrolou 23] e que a prova oral relevante é aquela produzida em audiência judicial, sob o contraditório, não sendo incomum que em casos de crimes violentos, os depoentes "voltem atrás", pelo receio de represálias, algo até compreensível, dado o contexto ora narrado.

Por tudo isso, entendo que a prisão preventiva também deve se dar pela conveniência da instrução criminal.

Mais uma vez, repito: não se trata de presumir o que quer que seja por conta da posição funcional dos requeridos, mas de elementos específicos, acima elencados.

Contemporaneidade

[...]

Remanescendo as causas da prisão preventiva - aqui, manutenção à ordem pública e garantia da instrução - é de se reconhecer a contemporaneidade [por todos, vide: HC 189271, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Primeira Turma, j. 22/09/2020].

Pertinente sublinhar duas peculiaridades.

A primeira é que o MPF deliberadamente optou por aguardar a conclusão das investigações, ao invés de pedir logo a prisão preventiva. A investigação que dá suporte à denúncia foi complexa, exigiu inúmeros recursos técnicos e perícias bastante específicas e pouco usuais em Sergipe, além da oitiva de dezenas de pessoas.

E tudo isso exigiu tempo, naturalmente.

Quando a família da vítima, ainda na fase policial, solicitou a prisão preventiva dos requeridos, a manifestação do MPF, com base nas provas até então colhidas, foi contrária, pois os trabalhos ainda estavam em fase inicial [Autos nº. 0800306-90.2022.4.05.8502].

Assim, não há como se considerar ausente a contemporaneidade apenas porque o MPF foi cauteloso e aguardou a conclusão das investigações; entender o contrário seria um fomento apedidos açodados de prisão a capitulação à pressão popular, o que não pode ser admitido. Ademais, aguardar a conclusão das investigações, para só então representar pela prisão, por si, conforme precedente do STJ, não quebra a contemporaneidade .[6]

A segunda peculiaridade é que um dos fundamentos da prisão preventiva deriva do IP nº 2022.0037257, que somente foi concluído recentemente, em 15/09/2022.

Medidas alternativas à prisão

[...]

O uso de medidas alternativas à prisão é contraindicado no caso concreto, por sua manifesta insuficiência, como já explanado acima, à luz do intento de preservar a ordem pública e assegurar a regularidade da instrução. O fato de os requeridos estarem afastados administrativamente do policiamento externo, a meu juízo, não enfraquece a prisão cautelar. É que eles seguem sendo policiais, há a gravidade concreta, denotando periculosidade, indícios de reiteração criminosa e necessidade de se assegurar a regularidade da instrução. Lembre-se, também, que há indícios de que terceiro, o PRF -----, agiu em favor dos requeridos, como explanado anteriormente em item próprio, e no efeito que isso gera em pessoas leigas, como as testemunhas comumente o são. [...] (fls. 94-100, destaquei).

Na decisão de pronúncia, **o Juiz manteve a prisão preventiva** e, para tanto, resumiu as razões do *periculum libertatis* (fl. 582):

a) Garantia da ordem pública (i) pela gravidade concreta do delito;b) Garantia da ordem pública (ii) pelos indícios de reiteração criminosa específica em outra abordagem policial também em Umbaúba/SE; c) Conveniência da instrução, pelo suposto–e intencional –registro deturpado da ocorrência policial envolvendo o Sr. Genivaldo, por parte de outro policial, amenizando-a, e potencial influência na colheita das provas, notadamente a prova testemunhal, o que foi sopesado com o informe de reiteração criminosa –vide abaixo.

A um primeiro olhar, não se verifica o assinalado vício de falta de

motivação judicial, pois o Magistrado registrou, expressamente, que, mesmo encerrada a primeira fase do procedimento do Júri, **remanescem os fundamentos da segregação cautelar** (fl. 585).

Em juízo perfunctório, **se mostram suficientes as razões relacionadas à gravidade concreta das condutas (*modus operandi*) e à existência de outro registro criminal (reiteração específica) para evidenciar a periculosidade do réu e embasar a manutenção da prisão preventiva.**

O édito prisional, mantido na pronúncia, destacou: a) **indícios de reiteração criminosa**, visto que ----- e o paciente, -----, "foram indiciados por abordagem violenta [lesão corporal e abuso de autoridade] que teria ocorrido em 23/05/2022, dois dias antes" e b) a possível interferência probatória, tudo a sinalizar a contemporaneidade e a imprescindibilidade da cautela extrema.

No que tange ao alegado **cerceamento de defesa**, também não se verifica a plausibilidade jurídica do pedido, pois, a princípio, a defesa não fundamentou a necessidade de oitiva de peritos, que falam sobre a prova técnica em laudos, e mais uma testemunha referida, além das 19 testemunhas da acusação e 12 da defesa. A teor dos julgados desta Corte, cabe ao Juiz natural da causa, motivadamente, indeferir as provas que considerar desnecessárias para a elucidação dos fatos, sem que isso implique em nulidade da ação penal.

De todo modo, o pedido, no ponto, é satisfativo, confunde-se com o mérito da impetração e deverá ser analisado em momento oportuno, quando serão minuciosamente examinados seus fundamentos embasadores.

À vista do exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações atualizadas ao Juízo de origem. Depois da resposta, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2023.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ

Relator